

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Valdirene Viana Alves

**SÃO BORJA, UMA VILA DE POUCOS VOTOS: DOS LIVROS DE
ELEIÇÕES A PROSOPOGRAFIA COMO RECURSO PARA O PROFESSOR
DE CIÊNCIAS HUMANAS**

São Borja

2025

Valdirene Viana Alves

**SÃO BORJA, UMA VILA DE POUCOS VOTOS: DOS LIVROS DE
ELEIÇÕES A PROSOPOGRAFIA COMO RECURSO PARA O PROFESSOR
DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Trabalho de conclusão de curso
submetido ao curso de ciências humanas
da universidade federal do Pampa, como
etapa final para a conquista do título de
licenciada em ciências humanas, visando
a análise do processo eleitoral em São
Borja no século XIX.

Orientador: Prof. Dr Ronaldo
Bernardino Colvero

São Borja

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o ALVES, Valdirene Terezinha Viana

SÃO BORJA, UMA VILA DE POUCOS VOTOS: DOS LIVROS DE ELEIÇÕES A PROSOPOGRAFIA COMO RECURSO PARA O PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS - SÃO BORJA
39 p.

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS - (licenciatura), Campus São Borja, 2025.

1. Prosopografia. 2. Pesquisa. 3. Documentação. 4. Século XIX 5. Eleitor.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29 maio de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr Ronaldo Bernardino Colvero

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Maurer

UNIPAMPA

Prof. Dr. Janilton Fernandes

UNIPAMPA

VALDIRENE TERESINHA VIANA ALVES

SÃO BORJA, UMA VILA DE POUCOS VOTOS: DOS LIVROS DE ELEIÇÕES A PROSOPOGRAFIA COMO RECURSO PARA O PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29 maio de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero.
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Maurer
35ª Coordenadoria Regional de Educação

Prof. Dr. Janilton Fernandes Nunes
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2025, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JANILTON FERNANDES NUNES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2025, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Maurer, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1750304** e o código CRC **05230924**.

LISTA DE TABELAS

FIGURA 1- ATA DAS ELEIÇÕES DE ELEITORES DE 1845	20
FIGURA 2- TÍTULO DE QUALIFICAÇÃO DE UM VOTANTE DE 1878	22
FIGURA 3- ATA DAS ELEIÇÕES DE ELEITORES DE 1857	27

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – A SÃO BORJA DOS REGISTROS DE VOTAÇÃO	12
1-1 O sistema de votação nas vilas oitocentistas.....	14
1.2 O letramento histórico e suas dificuldades de interpretação. Quando uma acadêmica de Ciências Humanas se colocou a caminho de um arquivo de documentos.....	16
CAPÍTULO 2. QUANTAS ASSINATURAS, SE CONFERIA UMA ELEIÇÃO? A PROSOPOGRAFIA COMO FERRAMENTA PARA O ESTUDO DOS ELEITORES DE SÃO BORJA NO SÉCULO XIX	19
2.1. Nas minúcias da fonte primária: as elites enquanto método de análise	21
2.2 Da pena, do tinteiro, da letra: O tempo do registro e outras validades.....	27
2.3 O futuro da pesquisa histórica: o impacto da digitalização para a preservação documental.....	29
5 CONCLUSÃO	31
ACERVO DOCUMENTAL.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar o público bem como os eleitores oitocentistas do município de São Borja, a partir da aplicação do método prosopográfico. A pesquisa foi amparada em documentos históricos, listas de eleitores, registros manuscritos e obras regionais, especialmente voltadas à história local. Por meio deste reconhecimento, situamos como se formaram os grupos sociais com direito ao voto, quais critérios os inseriam na vida política da época e de que modo suas trajetórias individuais expressavam uma lógica de poder consolidada localmente. A escolha pela prosopografia se justifica pela necessidade de ir além da simples identificação nominal dos votantes. Com ela, é possível reconhecer padrões de inserção política, redes sociais e vínculos profissionais entre os eleitores, permitindo por exemplo, destacar a presença de criadores de gado, comerciantes, militares, oleiros e médicos como figuras centrais nas eleições do século XIX. Esses indivíduos, ao acumularem prestígio econômico e sociais, passaram a integrar as esferas de decisão municipal, frequentemente como votantes, mas também como candidatos ou autoridades nomeadas. Um dos aspectos importantes desta pesquisa está amparada na análise da atividade oleira. Os oleiros, sobretudo os donos das olarias, possuíam um papel significativo não apenas na economia local, mas também na estrutura social e política da cidade. Em São Borja, esse ofício é herança direta das práticas artesanais implantadas pelos jesuítas e aperfeiçoadas pelos indígenas da localidade. Com o tempo, as olarias tornaram-se os centros de produção e prosperidade, o que possibilitou aos seus proprietários ascenderem socialmente e serem reconhecidos como cidadãos aptos ao sufrágio. A curiosidade, então, está em situar que a tradição oleira, embora hoje praticamente extinta, representa um aspecto fundamental da formação política local do século XIX. Outro elemento que contribuiu para a ascensão social de certos indivíduos foi a participação nas guerras e invasões da região, heróis locais que defenderam a terra receberam como recompensa concessões de terra, como as chamadas sesmarias, que impulsionam suas trajetórias econômicas como criadores de gado e agricultores. Esses homens, detentores de reconhecimento público e recursos, passaram a ocupar espaços privilegiados nas eleições e na administração municipal. O vínculo entre propriedade, honra e direito ao voto, repetem circunstancialmente os ensinamentos já esclarecidos por José Murilo de Carvalho. A contar daí o que temos é o perfil do eleitor São-borjense, diga-se da

elite local, que detinha no ato do voto o entendimento do próprio prestígio que ocupavam quando comparados com os paroquianos comuns

Palavras-Chave: Prosopografia; Pesquisa; Documentação; Século XIX, Eleitor

RESUMEN

Este trabajo final de curso tiene como objetivo principal analizar el público así como los electores del siglo XIX del municipio de São Borja, a partir de la aplicación del método prosopográfico. La investigación se apoyó en documentos históricos, listas de votantes, registros manuscritos y trabajos regionales, especialmente centrados en la historia local. A través de este reconocimiento, situamos cómo se formaron los grupos sociales con derecho a voto, qué criterios los insertaron en la vida política de la época y cómo sus trayectorias individuales expresaron una lógica de poder consolidada localmente. La elección de la prosopografía se justifica por la necesidad de ir más allá de la simple identificación nominal de los electores. Con ella es posible reconocer patrones de inserción política, redes sociales y vínculos profesionales entre los electores, permitiendo, por ejemplo, destacar la presencia de ganaderos, comerciantes, militares, alfareros y médicos como figuras centrales en las elecciones del siglo XIX. Estos individuos, al acumular prestigio económico y social, comenzaron a integrar las esferas de decisión municipales, muchas veces como electores, pero también como candidatos o autoridades designadas. Uno de los aspectos importantes de esta investigación se sustenta en el análisis de la actividad alfarera. Los alfareros, especialmente los propietarios de alfarerías, desempeñaron un papel importante no sólo en la economía local, sino también en la estructura social y política de la ciudad. En São Borja, esta artesanía es un legado directo de las prácticas artesanales implementadas por los jesuitas y perfeccionadas por los indígenas locales. Con el tiempo, las alfarerías se convirtieron en centros de producción y prosperidad, lo que permitió a sus propietarios ascender socialmente y ser reconocidos como ciudadanos con derecho a sufragio. Lo curioso, entonces, es notar que la tradición alfarera, aunque hoy prácticamente extinta, representa un aspecto fundamental de la formación política local del siglo XIX. Otro elemento que contribuyó al ascenso social de ciertos individuos fue su participación en guerras e invasiones de la región. Los héroes locales que defendieron la tierra recibieron concesiones de tierras como recompensa, como las llamadas sesmarias, que impulsaron sus trayectorias económicas como ganaderos y agricultores. Estos hombres, poseedores de reconocimiento público y recursos, comenzaron a ocupar espacios privilegiados en las elecciones y la administración municipal. El vínculo entre la propiedad, el honor y el derecho al voto, repite circunstancialmente las enseñanzas ya explicadas por José Murilo de Carvalho. A partir de ahí, lo que tenemos es el perfil del elector de São Borja,

es decir, la élite local, que al momento de votar tenía una comprensión del prestigio que ocupaba en comparación con los feligreses comunes.

Palabra clave: prosopografía; investigación; documentación; siglo XIX; electores

1.INTRODUÇÃO

A localidade de São Borja é um dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul. Sua experiência sócio administrativa e política é uma característica e tanto da história que cerca a mesma. Entretanto, cabe ressaltar que as práticas eleitorais locais não se iniciaram com a constituição de 1824, já que no período missionário, os indígenas eram encarregados de organizarem suas comunidades por meio de conselhos chamados *cabildos*, cujos integrantes eram escolhidos em processos internos de eleição. Essa forma de organização, descrita na obra *São Borja e sua história*, de Claudio Oraindi Rodrigues (1982), mostra que as noções de liderança e representação desde muito cedo passaram a referendar a cultura política local.

Na continuidade disso, o presente trabalho propõe contextualizar alguns enlaces investigativos que tomem em conta a formação do eleitorado de São Borja a partir de um olhar atento às práticas sociais e a heranças culturais que moldaram o acesso à cidadania e à representação. A isso foi preciso recorrer em alguns momentos ao uso da prosopografia (análise das elites do voto), com vistas a reunir dados dispersos sobre indivíduos que atuaram politicamente em sua época, possibilitando através desse recurso entender o processo eleitoral como um reflexo das hierarquias sociais e dos arranjos locais de poder (VARGAS, 2010)

Já de imediato, adiantamos que quando decidimos investir na temática, pouco ou nenhuma segurança tínhamos para ampliarmos nossas atenções para a técnica que compõe a prosopografia. No início, tudo parecia muito técnico: nomes, datas, documentos, dificuldade na compreensão de caligrafias duras e imortalizadas pelo uso da pluma. Conquanto, aos poucos, aqueles nomes foram ganhando uma outra familiaridade e com o tempo passamos a notar que a cada linha transcrita, junto delas eram lidos nomes, sobrenomes e postos de poder. Todos “listados” como se estivéssemos a abrir uma janela ao curso do passado de São Borja. Pessoas que viveram, trabalharam, participaram da história local, que deixaram rastros mesmo sem saber que um dia alguém pudesse a vir a retratá-los e dar importância por conta dos poucos registros que deixaram.

Em meio às leituras realizadas em documentos já surrados pelo tempo histórico foram necessárias horas tentando entender um sobrenome, e quando finalmente conseguimos distingui-los a sensação de surpresa era renovada como se estivéssemos próximos daqueles agentes. Era como se fosse possível resgatá-los em

meio a um tempo já mantido sob a ressalva do esquecimento. Não por acaso, por algumas vezes foi necessário perceber que muitos deles talvez nunca tenham tido sua importância reconhecida que não para o momento derradeiro que trazia o registro que foi realizado a próprio punho.

Por outro lado, houve aqueles personagens que insistiam em aparecer repetidos, o que nos fez refletir sobre os estratos altos da localidade, em especial sua organização e ilustrações do poder local.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, abordo a localidade da pesquisa e o levantamento documental, refletindo sobre o letramento histórico necessário para a leitura paleográfica e os desafios de interpretação enfrentados ao longo do processo, marcando também minha experiência pessoal como pesquisadora em formação. O segundo capítulo apresenta os resultados da prosopografia realizada, que revelam nomes importantes como o do militar Henrique. Essa etapa também evidenciou a importância da preservação do acervo documental, essencial para manter viva a memória histórica da localidade. A pesquisa se fecha com uma reflexão sobre a importância desses documentos históricos e os cuidados necessários para sua conservação.

A priori, conforme intensificamos a busca pelas informações que envolviam os votantes da paróquia de São Borja, essa investigação nos aproximou ainda mais da cidade, foi assim que conseguimos conhecer os atores políticos e talvez até prever um que outro comportamento por parte dos mesmos. Vimos em proporção equivalente que a tradição das olarias, por exemplo, se misturava à história das famílias, dos votos, dos cargos. Foi de um aprendizado muito valioso, onde conseguimos perceber que, mesmo com a modernidade apagando algumas dessas memórias, é possível registrar e dar sentido aos momentos resguardados e que uma vez compreendidos, podem reportar experiências e vivências acumuladas ao registro dos votantes.

Por fim, a pesquisa é uma tentativa entre aliar paciência e persistência num mesmo nível de letramento; até que seja possível empregar importâncias para assinaturas esquecidas, que em tempo nos desafiam a saber ainda mais sobre os revezamentos de poder por parte das elites votantes da vila.

CAPÍTULO 1 – A SÃO BORJA DOS REGISTROS DE VOTAÇÃO

Desde a chegada dos jesuítas, a organização política das reduções já previa um sistema de escolha de líderes por meio de eleições. O governo dessas comunidades era exercido por um conselho chamado *cabildo*. Segundo Rodrigues (1982, p: 23), “o governo jesuítico das reduções era exercido por um cabildo, que era um conselho eleito pelo povo”. Esse conselho era formado pelos próprios indígenas e administrava a comunidade, tomando decisões e zelando pela ordem. O modelo de administração comunitária demonstra um nível avançado de autogestão, com uma hierarquia bem definida.

Ao cabildo se reservava a responsabilidade pela organização prática das reduções e tomar decisões que garantiam a ordem e o bem-estar da comunidade. Entre seus integrantes, havia um corregedor, geralmente um cacique, que exercia a liderança principal. Além dele, faziam parte do conselho dois alcaides encarregados da função de juízes em matéria criminal, um tenente e dois alcaides que atuavam como oficiais de polícia, um fiscal e seu suboficial, responsáveis pelo registro civil, além de quatro conselheiros com funções diversas.

As eleições para esse conselho eram anuais, reforçando a prática de participação política dentro da sociedade missioneira. A lista de candidatos é organizada pelos membros do cabildo, escolhendo indígenas pertencentes a nobreza e considerados os melhores cristãos. No entanto, o processo eleitoral era supervisionado pelos padres jesuítas, que faziam recomendações adotadas pelo conselho. A votação ocorria no final de dezembro ou no início de janeiro.

Esse modelo eleitoral missioneiro serviu como uma base histórica para o desenvolvimento do sistema eleitoral de São Borja no século XIX. A prática de escolher representantes para cargos administrativos já estava presente antes da independência do Brasil e da organização das eleições municipais oficiais. Isso demonstra que os indígenas das reduções tiveram um papel pioneiro na participação política e que o conceito de eleição estava enraizado na cultura local antes mesmo das reformas eleitorais do período imperial. Ao relacionar esse sistema com o eleitorado de São Borja no século XIX, percebe-se que a tradição de participação política se manteve entre as elites locais, como criadores de gado, proprietários de terras, que, por sua posição econômica, detinham o direito ao voto e influência na política local.

Superado o período de experiência promovida pela ordem religiosa, o sistema eleitoral brasileiro passou por profundas transformações, preenchendo por todo o período imperial atingindo até boa parte da segunda república. Essas mudanças não apenas definiram as formas de participação política, mas também configuraram os perfis dos eleitores ao longo do tempo, o que pode ser analisado de forma estratégica pela prosopografia - estudo coletivo de biografias que permite identificar padrões sociais e políticos em determinado grupo social e espaço onde atuam.

A investigação sobre quem votava, como votava e com que finalidade política votava torna-se essencial para compreender os rumos da construção da cidadania e da representação no Brasil. Em contextos locais, como São Borja, os dados prosopográficos revelam características importantes de permanência, exclusões e mecanismos de poder que escapam das narrativas mais amplas da historiografia tradicional.

No Brasil imperial, a primeira Constituição, de 1824, instituiu que as eleições seriam em dois turnos: no primeiro votavam eleitores de paróquia, escolhendo os eleitores de comarca que, no segundo turno, elegem os deputados gerais da província, esse modelo elitista limitava completamente o número de votantes, excluindo a maioria da população- mulheres, escravizados, analfabetos e pobres, onde tal qual salienta José Murilo de Carvalho (1998, p.63), “as eleições servem menos como instrumento de representação e mais como mecanismo de legitimação de uma ordem política e social rigidamente hierarquizada”. Aqui em São Borja, dominada por grupos oligárquicos, a votação era geralmente controlada por grandes proprietários de terras, criadores, comerciantes influentes e militares.

Com a proclamação da República, em 1889, o sistema eleitoral manteve diversas continuidades em relação ao período imperial. A constituição de 1891 instituiu o voto direto e eliminou a exigência de renda, mas manteve o analfabetismo como critério de exclusão. Na prática, isso significa que uma grande parcela da população ainda estava fora do processo eleitoral. O coronelismo, o voto a cabresto e a fraude eleitoral passaram a fazer parte da rotina política do período. As chamadas repúblicas municipais eram controladas por chefes políticos locais, que manipulam os resultados eleitorais a partir de suas redes sociais. A prosopografia, ao permitir o levantamento dos nomes e perfis dos votantes e votados, pode lançar luz sobre esses arranjos locais. Em São Borja, por exemplo, os registros mostram a presença constante de certas famílias nas eleições, bem como atuação de categorias

específicas, como comerciantes, funcionários públicos e grandes criadores de gado, muitos dos quais descendentes de antigos quadros da burocracia imperial.

Em tempo, outra vez José Murilo de Carvalho, foi muito feliz quando advertiu que mesmo com o surgimento da república que, transpassou a imagem de ser algo novo, mesmo assim, “os mecanismos de participação política continuaram sendo essencialmente excludentes, reproduzindo velhas práticas de controle e clientelismo” (CARVALHO, 1990, p. 39). Neste ínterim, a pesquisa prosopográfica permite captar essas permanências no nível local, revelando, sobretudo, que a transição republicana nem sempre significou uma democratização real do poder.

1-1 O sistema de votação nas vilas oitocentistas

No século XIX, o sistema eleitoral brasileiro era baseado no voto censitário, ou seja, apenas cidadãos com determinada renda podiam votar. Esse modelo seguia as diretrizes estabelecidas pela constituição de 1824 e pela lei de 1846, que regulamenta as eleições¹. O processo eleitoral era indireto e dividido em duas fases: na primeira, os chamados votantes escolhiam os eleitores, e na segunda, esses eleitores selecionavam os vereadores, deputados e senadores. Conforme sugere Ferreira:

A lei de 26 de março de 1824 permitia que as eleições, tanto as de primeiro como as de segundo grau, fossem realizadas segundo as conveniências e circunstâncias nas freguesias e nos distritos. Não havia simultaneidade em todo país, na realização das eleições²

No nível municipal, as eleições eram fundamentais para a escolha dos membros das câmaras Municipais, órgão responsáveis pela administração local. As câmaras exerciam não apenas funções legislativas, mas também executivas e judiciais, sendo a principal instância de poder no município. Em cidades como São Borja, localizada em uma região de fronteira e fortemente ligada à pecuária e a atividade artesanal, a composição das câmaras refletia a influência dos grandes proprietários de terras, criadores de gado e comerciantes. A constituição de 1824 estabelecia que para ser votante (o chamado eleitor de primeiro grau) era necessário comprovar renda mínima anual de 100 mil réis, enquanto para ser eleitor (de segundo

¹Essa situação já ficou conferida em, CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: A política imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. VARGAS, Jonas.

²FERREIRA, Manoel R. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: TSE, 2005, p. 23.

grau) exigia-se uma renda de 200 mil réis. Esses valores foram elevados pela lei nº387, de 19 de agosto de 1846, para 200 mil réis para votantes e 400 mil réis para eleitores.

Assim sendo a participação política era restrita à elite econômica, pois a posse de bens era um critério determinante para a elegibilidade. Isso significava que, em São Borja, como em outros municípios brasileiros, o poder local ficava nas mãos de um grupo reduzido de cidadãos influentes. O envolvimento desses segmentos no processo eleitoral garantia que suas atividades econômicas e interesses políticos fossem representados na gestão municipal.

Além disso, a dinâmica eleitoral no município de São Borja no século XIX era influenciada por fatores regionais, como sua posição geográfica estratégica na fronteira e sua participação nas disputas políticas do período. A transição para a república trouxe mudanças significativas, alterando os critérios de elegibilidade e ampliando, gradualmente, a participação política.

Em São Borja, a Câmara Municipal desempenhava um papel central na administração local. A vila foi oficialmente instalada em 21 de maio de 1834, e o primeiro presidente da câmara foi João José da Fontoura Palmeiro.

Um evento notável ocorreu em 1888, quando a Câmara Municipal de São Borja lançou uma moção plebiscitária para consultar a população sobre a possibilidade de um terceiro reinado no Brasil. Essa iniciativa, proposta pelo influente político republicano Aparício Mariense, gerou polêmica em diversos jornais da época.

Ao relacionar o sistema de votação municipal com São Borja, percebe-se que a cidade seguiu o padrão nacional, com um eleitorado restrito e dominado por elites locais. A análise prosopográfica dos eleitores permite compreender melhor como esses grupos se organizavam e exerciam sua influência na política local, moldando o futuro do município ao longo dos séculos.

1.2 O letramento histórico e suas dificuldades de interpretação. Quando uma acadêmica de Ciências Humanas se colocou a caminho de um arquivo de documentos

Desenvolver uma pesquisa com base na prosopografia dos eleitores de São Borja, no século XIX, tem sido uma jornada desafiadora e, ao mesmo tempo, profundamente enriquecedora. Ao escolher esse tema, eu não imaginava o quanto ele me colocaria em contato com uma parte tão viva, embora esquecida, da história local. Pesquisar quem eram os eleitores da época, entender suas ocupações, seus vínculos familiares, econômicos e sociais, tornou-se para mim mais do que uma atividade acadêmica: virou uma forma de me reconectar com o passado da minha cidade e compreender melhor os caminhos que nos trouxeram até o presente.

A metodologia prosopográfica exige atenção minuciosa aos detalhes. Não se trata apenas de reunir nomes ou dados soltos, mas de construir um quadro coletivo, a partir de informações dispersas, como se cada documento fosse uma peça de um quebra-cabeça histórico. No caso específico de São Borja, que teve papel central nas Missões Jesuíticas e posteriormente na formação do estado republicano, essa tarefa ganha ainda mais sentido. Estamos falando de uma região marcada por inúmeras batalhas, transições culturais, econômicas e políticas profundas – e isso se reflete diretamente no perfil dos eleitores que encontrei nos registros do século XIX.

Desde o início, enfrentei muitas dificuldades com a leitura dos documentos. A caligrafia antiga, muitas vezes rebuscada ou apressada, exige não só paciência, mas também um olhar treinado para identificar padrões, reconhecer abreviações da época e distinguir grafias semelhantes. Há letras que parecem umas com as outras, palavras que exigem releituras inúmeras, documentos com manchas de tempo, rasuras, ou simplesmente com tinta desbotada. Cada pequeno progresso na leitura representa uma vitória pessoal e me dá mais segurança como pesquisadora. Tenho aprendido a respeitar o tempo da pesquisa, a não me frustrar diante de um nome ilegível, e a buscar apoio em fontes complementares para confirmar dados.

Uma das maiores dificuldades, sem dúvida, tem sido decifrar a caligrafia dos tabeliães e escrivães. É um exercício constante de paciência, pois cada letra pode variar de acordo com o autor, o período e até mesmo com o tipo de documento. Letras como "s", "f", "p" e "t" muitas vezes se confundem, e há grafias que não utilizamos

mais atualmente, o que exige um estudo aprofundado das formas de escrita da época. Para vencer essas barreiras, tenho consultado guias de paleografia, comparado letras dentro do mesmo documento e, sobretudo, exercitando o olhar crítico, aprendendo a confiar mais na minha interpretação com base no contexto histórico.

Aos poucos, fui reconhecendo padrões que me ajudaram a traçar perfis. Um aspecto que me chamou muito a atenção foi a presença de oleiros entre os votantes. Inicialmente, pensei que se tratava apenas de trabalhadores braçais, mas a frequência com que apareciam nos registros me levou a investigar mais. Descobri, então, que os oleiros votantes eram provavelmente os donos das olarias – um ofício com raízes profundas em São Borja, trazido pelos padres jesuítas e aperfeiçoado pelos povos indígenas da região. Isso reforça como o trabalho artesanal e tradicional teve relevância econômica e social suficiente para garantir visibilidade política a esses indivíduos.

Além disso, comecei a observar como certas famílias se repetiam entre os registros. Isso me levou a investigar as relações de parentesco e influência, percebendo que o poder político local, mesmo antes da república, já era concentrado em determinadas linhagens. Esse dado é fundamental para entender a organização social da época e mostra como a prosopografia vai além de nomes: ela revela redes de poder e alianças construídas ao longo do tempo. Com isso, percebi como esse tipo de estudo pode contribuir para a historiografia local, lançando luz sobre personagens que, apesar de não estarem nos livros oficiais, foram fundamentais na formação das estruturas políticas e sociais.

Com o avanço da pesquisa, comecei a me perceber também como pesquisadora. No início, confesso que duvidava da minha capacidade de interpretar documentos tão antigos. Sentia medo de errar, de não entender direito os nomes ou os cargos, de tirar conclusões precipitadas. Mas, ao mesmo tempo, sentia uma enorme curiosidade em continuar, em entender mais. Com o tempo, fui me fortalecendo. A cada descoberta – como identificar um eleitor que também foi comerciante, ou perceber que muitos dos votantes estavam ligados à pecuária ou à produção de gado – eu me sentia mais parte desse processo histórico.

Hoje, posso dizer que me vejo com mais confiança na pesquisa. Aprendi que o trabalho de quem estuda a história não é apenas encontrar respostas, mas formular

perguntas melhores. Passei a valorizar o detalhe, o silêncio de um documento, a ausência de uma informação que pode ser reveladora por si só. A escrita do século XIX se transformou, para mim, num campo de investigação tão relevante quanto o conteúdo dos documentos. Observar como as palavras eram formadas, como os registros eram organizados, é uma forma de compreender também a mentalidade e as práticas burocráticas da época.

Em um momento em que a história local muitas vezes é deixada de lado, sinto que minha pesquisa contribui para preservar uma memória importante. Os eleitores de São Borja do século XIX não eram figuras distantes, mas pessoas reais, com profissões, famílias, valores e aspirações. Descobrir quem eram esses homens é também compreender os fundamentos de uma sociedade em transformação, marcada pela transição do Império para a República, pela tensão entre tradição e modernidade, e por uma lenta, mas significativa, ampliação da participação política.

Essa experiência também me ajudou a desenvolver uma nova relação com minha própria cidade. Ao identificar sobrenomes que ainda circulam por aqui, ao reconhecer profissões que fazem parte da nossa tradição, como os oleiros, ou ao perceber que determinadas práticas políticas têm raízes antigas, passei a ver São Borja com outros olhos. A pesquisa histórica se tornou um instrumento de pertencimento, uma forma de me sentir ligada ao território em que vivo. E, ao mesmo tempo, despertou em mim o desejo de continuar investigando, talvez em outras fontes, outros períodos, mas sempre com esse olhar atento às pessoas por trás dos documentos.

CAPÍTULO 2. QUANTAS ASSINATURAS, SE CONFERIA UMA ELEIÇÃO? A PROSOPOGRAFIA COMO FERRAMENTA PARA O ESTUDO DOS ELEITORES DE SÃO BORJA NO SÉCULO XIX

A prosopografia, enquanto método, está mais próxima da realidade dos historiadores, porém, não se trata de uma exceção. À nós, então habilitados em Ciências Humanas é facultado o fato de ter contato com fontes primárias, da mesma forma, se for interesse analisar por intermédio de antigos documentos os padrões sociais, econômicos e políticos de um grupo específico. No caso dos eleitores de São Borja no século XIX, essa interpretação precisou ser colocada em curso, haja vista que nos colocamos a caminho de uma reserva documental (Arquivo Histórico Municipal), a fim de construir uma abordagem que viesse a auxiliar na identificação de características comuns entre os votantes, como status social econômico, profissão e conexões políticas que cada qual construiu junto aos seus pares, diga-se, previamente conhecidos e devidamente, habilitados.

Em tempo, pela prosopografia conseguimos reconstruir o perfil dos eleitores, revelando que o voto não era restrito apenas aos grandes latifundiários, mas também incluía outros segmentos sociais. Além dos oleiros, que possuíam olarias e exerciam influência local, destacavam-se criadores de gado, militares, médicos, e advogados, todos figuras fundamentais no cenário político da época.

Ao aplicar a prosopografia a minha pesquisa, é possível demonstrar como determinados segmentos, como os oleiros proprietários, participavam do sistema eleitoral. A olaria, atividade tradicional na região, pode ter sido um elemento definidor da posição social desses indivíduos. Os oleiros, herdeiros de uma tradição artesanal introduzida pelos jesuítas e aperfeiçoada pelos indígenas, possuíam status econômico e propriedades, o que os tornavam aptos ao voto dentro das regras censitárias. Da mesma forma, os criadores de gado desempenhavam um papel crucial na economia regional, sendo responsáveis pela produção pecuária que sustentava a economia local e fomentava o comércio com outras províncias acumulando riquezas e prestígio, o que lhes garantia participação ativa na política local. O domínio da pecuária, essencial para a sustentação econômica da cidade, conferia a esses proprietários influência sobre a organização social. A posse de terras e a participação nos circuitos comerciais garantem a esses indivíduos influência política e acesso ao

voto. De acordo com José Murilo de Carvalho (2003), a formação da elite política no Brasil império esteve diretamente ligada às estruturas sociais e econômicas locais, o que favoreceu o surgimento de eleitores influentes nos municípios, muitos deles exerciam funções de liderança na comunidade, participando de conselhos locais e influenciando decisões políticas.

Os militares, por sua vez, tinham uma posição privilegiada, ocupavam uma posição estratégica na sociedade especialmente em uma região de fronteira como São Borja. O serviço militar conferia prestígio, e oficiais de alta patente, muitas vezes possuíam terras e gado, inserindo-se na elite política da cidade. Seu envolvimento nas eleições pode indicar uma relação entre poder militar e influência eleitoral. A presença de médicos e advogados entre os eleitores também demonstra a valorização do conhecimento e da educação como fatores de ascensão social, representavam a elite intelectual e profissional da época. O acesso à educação diferenciava esses indivíduos da maioria da população, conferindo-lhes status e reconhecimento social. Advogados eram figuras estratégicas na administração pública e no assessoramento de candidatos, eram fundamentais para o funcionamento do sistema jurídico e político, enquanto médicos exerciam influência no cuidar da saúde e bem-estar da população, conquistando reconhecimento e respeito, o que frequentemente lhes garantia prestígio e influência política.

Assim, além de mapear quem eram os eleitores, essa metodologia ajuda a entender o peso de determinadas atividades econômicas na estrutura do poder local.

Outro aspecto relevante é o impacto das mudanças no sistema eleitoral durante a transição para a república. A análise prosopográfica pode revelar se houve uma ampliação ou restrição na participação desses votantes no processo político, demonstrando as transformações do eleitorado.

Conforme entendemos, a informatização e o cruzamento de dados históricos modernos podem facilitar a identificação de redes de influência e mobilidade social dentro desse grupo. Christophe Charle (1998) aponta que a prosopografia permite compreender os padrões coletivos de um grupo social ao investigar suas origens, redes de influência e vínculos com o poder.

Dessa forma, a prosopografia não apenas contribui para a reconstituição da história eleitoral de São Borja, mas também evidencia a importância de grupos sociais frequentemente esquecidos na historiografia política, como os trabalhadores da olaria, que tiveram um papel relevante na sociedade do período.

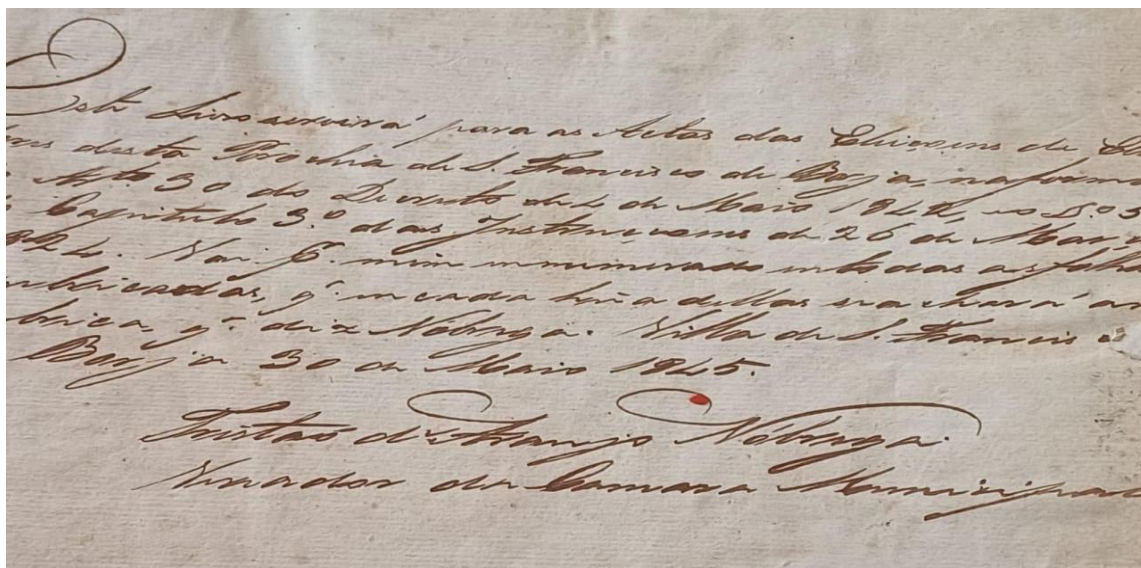
2.1. Nas minúcias da fonte primária: as elites enquanto método de análise

Durante a pesquisa prosopográfica dos eleitores de São Borja no século XIX, deparei-me com uma série de documentos manuscritos que registram as atas das eleições de eleitores da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como por exemplo o que transcrevo e analiso a seguir. Trata-se de um documento datado de 30 de maio de 1845, registrado na então Vila de São Borja, que declara a distinção do livro para uso nas eleições, conforme a legislação vigente à época:

A leitura e interpretação do documento abaixo exigiu um trabalho cuidadoso de paleografia, dada a caligrafia rebuscada da época, as abreviações utilizadas, as variações linguísticas e a própria degradação física do papel. Essas dificuldades revelam o quanto é desafiador trabalhar com fontes primárias escritas a mais de um século, especialmente em contexto de pesquisa prosopográfica, em que cada nome, título ou função pode ser essencial para a reconstituição da trajetória social e política dos indivíduos.

Abaixo, o que temos é o detalhe de uma ata de um livro de votantes com data de 30/05/1845 em que Tristão de Araújo Nóbrega assina como vereador da câmara municipal da Paróquia de S. Francisco de Borja.

FIGURA 1- ATA DE UM LIVRO DAS ELEIÇÕES DE ELEITORES DE 1845



FONTE: Arquivo histórico municipal

Além das dificuldades técnicas de leitura, que são evidentes, esse tipo de documento lança luz sobre a estrutura do processo eleitoral na época, quando ainda era extremamente restrito e se baseava no poder local das elites, assim mediado pelas câmaras Municipais, que exerciam funções administrativas e eleitorais. A presença de vereadores como testemunhas e responsáveis pelos registros reforça a centralidade dessas câmaras na organização política da primeira república e ainda antes, no período imperial. Nossa descrição sobre o documento anterior, nos levou ao conhecimento que segue:

Este livro servirá para as atas das eleições de eleitores desta paróquia de São Francisco de Borja, na forma da lei. Ata 30 do decreto de 22 de maio de 1842. por mim numerada muitas das folhas rubricadas...

Tristão de Araújo Nóbrega
Vila de S.Francisco de Borja
30 de maio de 1845
Tristão de Araújo Nóbrega
Vereador da câmara municipal³.

No seguimento daquilo que podemos conhecer, o documento em questão, à exemplo de outros de natureza semelhante abriam os livros de votação da localidade. Por eles, ficam conhecidos os votantes e elegíveis, em geral homens alfabetizados, comerciantes militares, proprietários de terras o que indica um perfil econômico específico e excludente. Denota-se que a prosopografia torna-se uma ferramenta potente para observar, além dos nomes, os vínculos familiares e sociais e as redes de poder.

Ao mesmo tempo, os caracteres fragmentados e muitas vezes lacunares das fontes manuscritas impõem limites metodológicos e exige prudência nas interpretações, ainda assim, o esforço de decifrar esses documentos históricos revela, com riqueza, traços importantes da formação política local e regional, e contribui para a valorização da memória histórica de comunidades do interior do Brasil.

O documento a seguir faz parte do processo de cadastramento eleitoral imperial, essencial para formar as listas de votantes, baseadas em renda e instruções, antes do voto ser universalizado. Trata-se de um título de qualificação do militar Henrique de Freitas Lima, do período imperial datado em 14/07/1878 e que estava também apto para a elegibilidade, isto é, podia ser eleitor e eleito.

³A.M.S.B. *Eleições de eleitores da Paróquia de São Borja N.1 1845.*

FIGURA 2 - TÍTULO DE QUALIFICAÇÃO DE UM VOTANTE DE 1878

IMPERIO DO BRAZIL
Título de qualificação N. 70
PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO BORJA
Parochia de " " "
1.º DISTRICTO
3.º QUARTEIRÃO

Nome do cidadão qualificado. Henrique de Freitas Lima
Qualificativos. Idade 26 annos. Estado Casado. Profissão Militar. Renda 1.200\$000
Numeros de ordem. Na lista geral 70. Na lista suplementar - Na lista complementar -
Data de sua qualificação. 15 de Maio de 1878.
Elegibilidade. Sim.
OBSERVAÇÕES.

Filiação. J. M. de Lima.
Domicilio. S. Borja.
Assignatura do portador. P. Bapt. de Costa
Passado aos 14 de Julho de 1878. Salvo ler e crever
O Secretario da Camara Municipal O Presidente da Junta Municipal

FONTE: Arquivo histórico municipal

IMPERIO DO BRAZIL

Título de qualificação N. 70

PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

Parochia de " São Francisco de Borja "

1.º DISTRICTO

3.º QUARTEIRÃO

Nome do cidadão qualificado:

Henrique de Freitas Lima

Qualificativos:

Idade: 26 anos

Estado: Casado

Profissão: Militar

Renda: 1.200\$000

Filiação: José. Manoel. de Lima

Domicílio: S. Borja

Assinatura do portador: —

Números de ordem:

Na lista geral: 70

Na lista suplementar: —

Na lista complementar: —

Data de sua qualificação:

3 de Maio de 1878

Elegibilidade:

Sim

OBSERVAÇÕES:

Sabe ler e escrever

Passado aos 14 de Julho de 1878

O Secretário da Câmara Municipal:

P. Baptista da Costa

O Presidente da Junta Municipal:

Luiz de Oliveira Goitacazes⁴.

O documento analisado é um título de qualificação eleitoral do império do Brasil, emitido sob as regras da constituição de 1824 e da lei do censo de 1846, que determinava critérios para o exercício do voto no império. Datado de 14 de julho de 1878, da província do Rio Grande do Sul, mais especificamente do município de São Borja. Abaixo, segue a transcrição prosopográfica e uma breve interpretação:

Do ponto de vista histórico, o documento se destaca pelo uso de um modelo impresso com espaços para preenchimento manuscrito, prática comum nos trâmites oitocentistas. O impresso apresenta elementos gráficos como brasão imperial, moldura decorativa e tipografia seriada (tipo de letra com pequenas linhas ou traços

⁴ A.M.S.B. *Livro de títulos dos eleitores de 1878*

decorativos nas extremidades), refletindo a formalidade e a autoridade dos documentos oficiais da época.

A escritura manuscrita foi realizada em caligrafia cursiva, com traços fluentes, por vezes difíceis de ler, especialmente nos nomes próprios e nas assinaturas, o que exige conhecimento paleográfico específico para sua correta interpretação. O vocabulário utilizado evidencia marcas do português oitocentista, como as grafias “Parochia”, “domicilio”, “qualificativo” e a abreviatura de mil reis como “\$000”.

Naquela altura, Henrique de Freitas Lima era um eleitor típico da elite local de São Borja no final do século XIX. Como militar, casado e com renda elevada, possuía os requisitos para a participação política no período imperial, que exigia alfabetização e uma renda mínima. Seu título reforça a exclusividade do voto durante o império, restrito aos homens com capital e instrução. A presença da profissão “militar” também indica a importância das instituições armadas na estrutura local do poder, especialmente nas regiões de fronteira como a cidade de São Borja.

No contexto histórico no Brasil império, o voto era censitário e indireto, para votar nos eleitores de paróquia, bastava uma renda mínima (200 mil réis anuais), para ser eleitor de deputados precisava de (400 mil réis) e para ser eleito deputado, exigia-se renda de 800 mil réis anuais e outras condições⁵.

Ademais, o uso da expressão “Sabe ler e escrever” na seção de observações chama atenção, pois, embora a exigência de alfabetização para o voto só tenha sido formalizada na Lei Saraiva de 1881, o documento já evidencia uma preocupação com esse critério, antecipando as reformas eleitorais que marcariam a transição para a República. A assinatura do portador era outro indicativo de instrução e de participação ativa no processo político.

Portanto, o título de Henrique de Freitas Limas não é apenas uma prova de direito político, mas é um exemplo concreto da cultura escrita e da linguagem administrativa imperial, sendo valioso tanto como objeto de estudo prosopográfico quanto como fonte histórica.

Neste aspecto, o título de qualificação a exemplo de outros do mesmo período reporta a um modelo representativo do sistema eleitoral do Império do Brasil, estabelecido pela Constituição de 1824 e regulamentado pela Lei do Censo de 1846, que instituiu o voto censitário e indireto. Esse sistema limitava o direito ao voto e à

⁵Outra vez, essas informações ficam conhecidas no trabalho de Jonas Vargas.

elegibilidade com base na renda anual, restringindo a cidadania política a uma minoria economicamente favorecida.

Para ficar ainda mais claro, faz-se necessário reforçar novamente que para votar nos eleitores de paróquia — os chamados eleitores de 1º grau — exigia-se uma renda mínima de 200 mil réis anuais. Para ser eleitor de deputados, exigia-se 400 mil réis, e para se candidatar a deputado, 800 mil réis. No caso de Henrique, sua renda de 720 mil réis indicava que ele tinha direito a votar nos eleitores de deputados e quase atingia o patamar exigido para ser candidato.

Outro detalhe que se confere por conta do documento é o fato do militar eleitor que acabava por aferir a conexão que havia entre a estrutura política imperial e os interesses de controle e segurança regional. Também chama atenção pelo fato do título conter a filiação (“J. M. de Lima”) e o domicílio do eleitor também permite estudos prosopográficos, possibilitando a reconstituição de redes familiares, influência política local e continuidade de poder entre gerações. Esses elementos são particularmente importantes para a compreensão do papel da elite regional na formação do Estado nacional⁶.

O caso de momento é, portanto, um exemplo típico para compreender a restrição do direito político, a estrutura social do eleitorado, e os mecanismos de poder local no Brasil do século XIX, podendo ser utilizado como chave interpretativa para uma análise mais ampla sobre a formação da cidadania e a exclusão política durante e posterior ao mesmo (CARVALHO, 2010).

⁶Nessa situação, vale recorrer a consagrada produção de, PICCOLO, Helga.

2.2 Da pena, do tinteiro, da letra: O tempo do registro e outras validades

Além do conteúdo textual, os documentos antigos revelam muito por meio de seus aspectos materiais. O estudo paleográfico, aliado à diplomática é a história do livro, permite compreender como os registros foram produzidos, conservados e utilizados no século XIX. Em São Borja, os livros de atas eleitorais, registros da justiça local e correspondências administrativas apresentam características físicas que os tornam, por si só, objetos históricos.

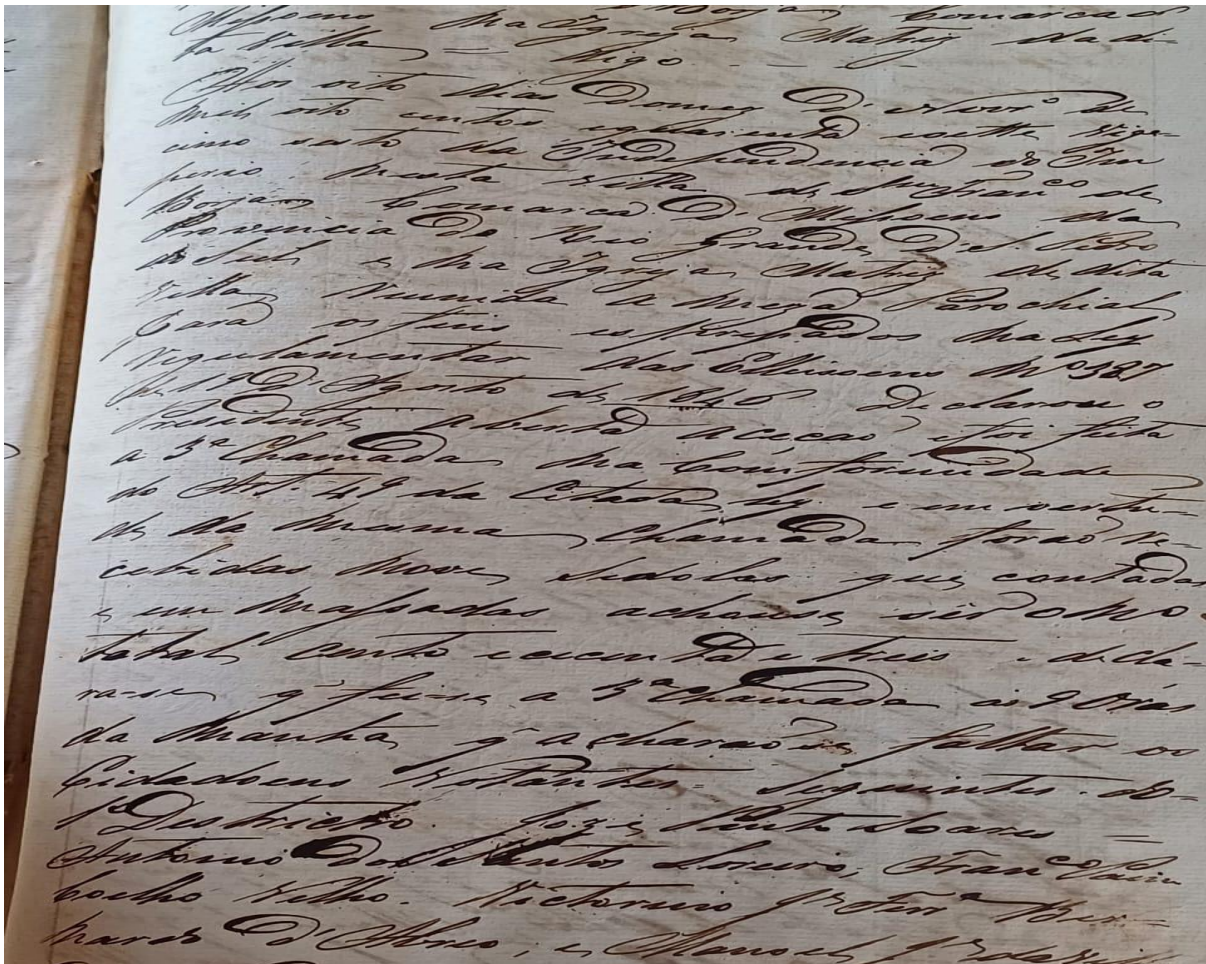
O papel utilizado nas décadas de 1850 e 1860 era, em grande parte, de produção europeia, composto por fibras vegetais (linho, cânhamo, algodão) e não por polpa de madeira, como se tornaria comum nos seguintes. Esse tipo de papel é mais resistente, com gramatura elevada e boa durabilidade, o que explica sua preservação até os dias de hoje, muitos desses papéis apresentam marcas d' água (miligramas) que indicam sua origem e autenticidade, sendo úteis para datar e localizar os documentos.

A tinta ferrogálica, feita à base de sulfato de ferro e ácido gálico, era a mais comum no período. Seu traço inicialmente azulado escurece com o tempo, tornando-se marrom ou negro. Essa tinta, quando aplicada com penas metálicas ou de ave, apresenta características identificáveis, como o engrossamento nas extremidades das letras e a variação de intensidade do traço, elementos essenciais para a análise paleográfica. Segundo Jean-Claude Bouvier (2004), "a escrita manuscrita, como gesto técnico, também revela a cultura material do escrevente".

A encadernação dos livros era geralmente feita em couro ou em papelão coberto por tecido. Muitas vezes, os livros eram reutilizados, com capas reaproveitadas ou folhas costuradas artesanais. Em arquivos municipais, é comum encontrar documentos com lombadas danificadas, rasuras e manchas de umidade, o que impõe desafios ao pesquisador, mas também revela o percurso físico desses objetos.

Outro aspecto relevante é a estrutura interna dos documentos, as atas eleitorais por exemplo, seguiam fórmulas fixas, com aberturas solenes, menção ao artigo da constituição que regia o ato, lista de presentes, ausentes, assinaturas e observações. Esse padrão é objeto de estudo da diplomacia, que analisa os elementos formais dos atos escritos e permite comparações entre documentos de diferentes localidades. Como mostra o documento abaixo:

FIGURA 3- ATA DAS ELEIÇÕES DE ELEITORES DE 1857



FONTE: Arquivo histórico municipal

Esse é um documento judicial administrativo datado de 8/11/1857, da comarca de São Borja, em que o Juiz de direito registra na ata o procedimento para a formação do corpo de jurados locais e citação nominal de votantes ausentes. Procedimento comum na época para formação de júris populares. O interessante é que ele cita algumas leis específicas, tais como, *Lei nº 387 – decreto de 19 de Agosto de 1846, reforço do caráter censitário*.

Em especial, dos trechos que selecionamos para a realização dessa pesquisa, alguns ficam consagrados pela importância que deram nas suas descrições. E o caso em sequência confere-se nesse bojo, que apesar de todas as dificuldades de escrita revelou que:

[...] Pra Igreja Matriz da dita vila digo Aos oito do mês de novembro de mil oitocentos e cinquenta e sete vigésimo sexto da independência [...] para esta vila de São Francisco de Borja comarca de [...] da província do Rio Grande de São Pedro do Sul e da Igreja matriz da dita vila reunida a mesa Parochial afins [...] na lei regulamentar das eleições n° 387 de 19 de agosto de 1846 declarou o presidente aberta a seção, foi feita a 3° chamada pra conformidades do artigo 49 da citada lei e em sentença da mesma chamada foram recebidas nove cédulas que contadas em [...] ao total cento e sessenta e seis . Declara-se que fora a 3° chamada às 9 horas da manhã. Que a declararam faltar os cidadãos votantes seguintes do 1° distrito: José Pinto Soares, Antonio dos Santos Loureiro, Francisco Coelho Velho, Victoriano[...]⁷.

Portanto, a análise material das fontes não é um detalhe técnico, mas parte essencial do trabalho de uma historiador, tal como a de um Educador das Ciências Humanas que se faça interessado a esse método. Ler o papel, a tinta e a encadernação e também ler os vestígios da prática administrativa e do cotidiano político de um Brasil ainda em formação é uma maneira de dirigir-se a um tempo político que ficou registrado. Esses elementos, muitas vezes deixados de lado, fortalecem a crítica das fontes e aumentam a compreensão sobre os modos de produção do poder no século XIX, e como não poderia ser diferente, revelam lacunas do fazer político e suas regras de envolvimento, diga-se, um tanto costumeiras.

2.3 O futuro da pesquisa histórica: o impacto da digitalização para a preservação documental.

Ao pesquisar quem eram os votantes da cidade de São Borja no século XIX tornou-se evidente não apenas a complexidade específica desse tipo de estudo, mas também sua fundamental contribuição para a preservação da memória local e nacional.

Entretanto é um tanto alarmante observar o descaso das autoridades municipais com os documentos históricos, o que compromete seriamente a continuidade de pesquisas futuras. A atual dinâmica social, marcada pela digitalização e pela momentânea dos registros, acentua ainda mais essa preocupação. Desta maneira, está em tempo de propormos uma reflexão crítica sobre o valor dos documentos físicos, a ameaça representada pela ausência de materiais tangíveis para

⁷ A.M.S.B Eleição de eleitores da paróquia de São Borja n°1 1857

análise histórica e a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à preservação documental.

O complexo nesse caso, está em aceitar e tirar proveito do avanço das tecnologias digitais, com vista de registrar, armazenar e transmitir as informações que julgemos convenientes. No contexto eleitoral, por exemplo, o processo que antes envolvia livros de assinaturas, atas manuscritas e documentos físicos foi substituído por cadastros eletrônicos e registros automatizados. Se, por um lado, a digitalização garante maior celeridade, segurança e acessibilidade, por outro, impõe novos desafios para a pesquisa histórica.

Ciente disso, eis que Pierre Nora (1984, p. 7), se dirigiu em formato de alerta, quando reportou que “a memória é a vida, carregada por grupos vivos, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Destacando o papel fundamental dos lugares e objetos da memória, é verdadeiro que a destruição ou perda de arquivos físicos compromete a informação que um dia ficou consagrada.

Noutras palavras, sem documentos físicos, como será possível no futuro reconstituir práticas eleitorais? Como interpretar a dinâmica de um processo político apenas através de bases de dados digitais? A digitalização, se não acompanhada de políticas de preservação e conservação dos materiais originais, pode condenar futuras gerações de pesquisadores a um vazio documental irreversível.

Sem qualquer reserva de dúvida, advertimos que os documentos físicos são insubstituíveis. Eles carregam, além da informação escrita, marcas que informam sobre o contexto em que foram produzidas: o tipo de papel, a tinta utilizada, a caligrafia, os carimbos oficiais, os modos de autenticação. Cada detalhe é uma pista que contribui para uma análise mais precisa e completa dos acontecimentos históricos.

Já, com alguma razão, Jacques Le Goff (1978, p. 55) detalhou que “o documento não é inocente; ele é o produto de uma sociedade, de uma intenção, de uma manipulação”. Tal operação é fundamental para compreender que o documento no mesmo tempo que registra fatos, também é em si mesmo um vestígio histórico carregado de significados. Logo, a tendência contemporânea de considerar apenas

os conteúdos como se estivessem a desacreditar sua materialidade, é perigosa para a preservação da história.

Para tanto, em tempos de inteligência artificial e bancos de dados virtuais, é imperativo lembrar que o suporte físico é, ele próprio, parte da mensagem histórica. Sem ele, perde-se uma dimensão essencial da análise, tornando a reconstrução do passado uma tarefa ainda mais difícil e incompleta do que ora já podemos sentir na prática. O contrário disso, reflete a falta de consciência histórica por parte do poder público e, em última instância, é a desvalorização da memória coletiva.

5 CONCLUSÃO

O estudo prosopográfico, ainda que muitas vezes considerado improdutivo ou de pouca relevância por não se acreditar nas grandes narrativas nacionais, é crucial para revelar o funcionamento interno das sociedades. Baseado na análise dos traços dos votantes de São Borja, é possível compreender não só quem eram os sujeitos autorizados a exercer o direito de votar, mas também deduzir o perfil socioeconômico, político e cultural da cidade no século XIX.

Tal como sugere José Murilo de Carvalho (1990, p. 9) “a cidadania política no Brasil foi construída de forma precária, parcial e tutelada, sempre distante do ideal da soberania popular”. Esta constatação reforça ao seu modo, a importância que há nos estudos locais e específicos, como o de São Borja, que evidenciam a fragilidade da participação política no período e a necessidade de resgatar essas trajetórias para assim entender a formação de uma cidadania maior: a brasileira.

Parece, pois, que a prosopografia exige a reunião e o cruzamento de informações oriundas de fontes diversas que reportam as elites costumeiras. Trata-se, então, de um trabalho minucioso que toma em conta a identificação de nomes, pesquisa redes de sociabilidade e admite outros tipos de padrões. Essa complexidade torna o método expressamente rigoroso, embora sutil, mas que no final permite conhecer a riqueza dos microcosmos sociais que, somados, formam a grande história.

E numa realidade onde predominam fáceis jargões, como o fato de São Borja, ser conhecida como “Terra dos Presidentes”, por ter sido berço de figuras ilustres no cenário político nacional como Getúlio Vargas e João Goulart, pouco ou nada conta quando o assunto diz respeito ao zelo e o rigor de cuidados de preservação para com registros históricos que ainda existem. No momento, o que é de mais comum é a realidade que cerca arquivos desorganizados, acervos vulneráveis às intempéries e nenhuma política consistente de preservação e acesso a documentação.

O prejuízo para a pesquisa histórica, nestas condições é incalculável. Uma vez que, sem registros primários resta apenas a memória oral, sujeita a distorções e esquecimentos. Além disso, a má conservação de documentos compromete a história política e não deixa conhecer as práticas e dinâmicas de outrora.

Portanto, se a tendência atual persistir, dentro de algumas décadas os historiadores terão como fonte apenas arquivos digitais, suscetíveis a falhas técnicas,

obsolescência de formatos e manipulações invisíveis, o que se coloca contrário aos documentos físicos, que resistem à passagem dos séculos, embora muitas vezes frágeis e incorrendo o risco de se tornarem efêmeros.

Como se não bastasse, a história acontece em decorrência dos vestígios materiais. E, se porventura esses vestígios virem a desaparecer, a história tornar-se-a mais frágil, mais suscetível e quiçá ficará a cargo do esquecimento. Os riscos, como se vê, são vários.

E, para fins de conclusão, ousou acusar nesse último parágrafo que essa pesquisa foi um divisor de águas na minha formação. A prosopografia me ensinou a importância do coletivo, da análise minuciosa e da paciência investigativa. As dificuldades encontradas – especialmente com a caligrafia antiga – não foram empecilhos, mas etapas de um aprendizado profundo. E, acima de tudo, essa experiência me fez crescer como pesquisadora, fortalecendo minha identidade acadêmica e meu compromisso com a preservação da memória histórica da minha cidade. Sem isso, muito dificilmente, teria encontrado prazer na jornada que aqui se desfaz, afinal de contas, dos desafios que precisaram ser superados resta aguardar as recompensas que por certo tende a proporcionar.

ACERVO DOCUMENTAL

A.M.S.B. Arquivo Histórico Municipal de São Borja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *O método da análise documental: Seu uso numa historiografia*. Cadernos de pesquisa, n. 136, 2008. Disponível em

<<http://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzVz7xrRvqQBWLzDN>> Acesso em: 6 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL. Legislação eleitoral(1821-1932) *Dicionário da primeira República*. Mapa do acervo. Disponível em

<<https://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1583-legislacao-eleitoral-1821-1932>> Acesso em: 26 abr.2025

AGUILAR, Ramão. *São Borja: Uma das mais significativas histórias da América Latina*. Disponível em

<<https://ramao-aguilard.blogspot.com/2014/07/sao-borja-umas-das-mais-significativas.html>.> Acesso em: 25 abr.2025.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*. Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/const/1824/constituicao-1824-25-marco-1824-566109>> -publicação original-1-p/htm/ Acesso em : 24 abr 2025.

BRASIL. Lei n 387, de 19 de agosto de 1846. *Regula as eleições de senadores, deputados gerais, membros das assembleias provinciais, juiz de paz e vereadores das câmaras municipais*. Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.htm/>> Acesso em: 16 maio 2025.

BOUVIER, Jean-Claude. *Les écritures manuscrites et leurs langages*. Paris: Cnrs Éditions, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Tribunal superior eleitoral, 2005, p.23. Disponível em

<<https://www.eboksbrasil.org/elibris/eletoral.html>> Acesso em: 8 maio 2025.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

MEDEIROS, João Paulo. *Representação, exclusão e memória: Os votantes do interior do Brasil e o desafio da prosopografia Política*. Revista História e Política, v. 20, n.1-18, 2021. Disponível em

<<https://revistahistoriaepolitica.com>> Acesso em: 28 abr 2025.

MORO, Ticiane. *A Moção plebiscitária de São Borja e o jornal A Federação: Uma análise a partir da hipótese de agendamento(1888)*. Revista Agora, Vitória/ES, V.31, n.1p. 1-23, 2020. Disponível em

<<https://periodicos.ufes.br/index.php/Agora/article/view/29071>>. Acesso em: 25 abr 2025

NORA, Pierre. *Entre Memória e história: A problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo, h.10, p.7-28, 1984.

OLIVEIRA, Ana Maria de. *Pesquisa documental historia e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos*. Perspectiva Florianópolis, v.4, n.3, p.1-23, 2023. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbcY4rdVdv56T9qLRQ>> Acesso em: 6 maio 2025.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Coleção síntese Rio-grandense/Ed. UFRGS, 1995.

RILLO, Apparício Silva, *São Borja em perguntas e respostas- monografia histórica e de costumes-* Coleção tricentenário-n 2, 1982.

RIBEIRO, Celia. *O jornalista Farroupilha: Vicente Ferreira Gomes(1805 a 1837)*: Porto Alegre: Libretos, 2012.

RODRIGUES, Claudio Oraindi. *São Borja e sua história*. Coleção Tricentenário.n 1. São Borja: [Editora], 1982.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. 1 Ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

WIKIPEDIA. Lei eleitoral de 1846. wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/lei-eleitoral-de-1846>>. Acesso em: 18 maio 2025